

NOVOS PROFESSORES PARA O NOVO BRASIL: O CURSO PROVISÓRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE FLORIANÓPOLIS

Vanessa Bellani Lyra Onzi¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

va_lyra@yahoo.com.br.

Recebido em 13 de fevereiro de 2009

Aprovado em 27 de abril de 2009

Resumo

Década de 1930, regime ditatorial do Estado Novo. À aurora do Novo Brasil era imperativo forjar o Novo Homem e nenhum elemento concorreria tão fortemente a esse princípio quanto a Educação, sendo a Educação Física entendida como a parte *física* desse grande projeto. É nesse cenário que Santa Catarina desponta, juntamente com os estados do Espírito Santo e São Paulo, no campo da formação de professores especializados. Como primeiro passo para a organização da Educação Física no estado, houve a criação, em 1938, da Inspetoria de Educação Física do estado e a conseqüente instalação, anexa a esta, do Curso Provisório de Educação Física. Realizações como estas fizeram com que o Estado catarinense fosse interpretado como um exemplo a ser seguido pelos demais.

Palavras-chave: Estado Novo; educação física; formação de professores.

Abstract

New professors for a new Brazil: the provisory course of physical education of Florianópolis

Decade of 1930, dictatorial regime of the New State. At the dawn of the New Brazil it was imperative to forge the New Man and no element would so strong concur for this principle as Education, being the Physical Education understood as the physical part of this great project. It is in this scene that Santa Catarina blunts, together with the states of Espírito Santo and São Paulo, in the field of the formation of specialized professors. As a first step for the organization of the Physical Education in the state, there was the creation, in 1938, of the Inspectorship of Physical Education of the state and the consequent installation, attached to this, of the Provisory Course of Physical

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa Educação, História e Políticas. Bolsista CAPES.

Education. Accomplishments as these had made Santa Catarina state to be interpreted as an example to be followed by the others.

Keyword: New State; physical education; formation of professors.

Ao revisitarmos a história da formação de professores de Educação Física no Estado catarinense deparamo-nos com um legado inicial marcado por ausências e esquecimentos. Quando pensamos nos obstáculos de toda ordem que precisaram vencer, à frente de suas turmas, os primeiros professores que aqui ministraram aulas de Educação Física, podemos ter um indicativo da falta de espaço e incentivo que era dado a essa disciplina nos currículos dos cursos de formação docente nas duas primeiras décadas do século XX. Não há registros de cursos específicos, nem tampouco de um espaço reconhecido e efetivamente realizado nas grades curriculares dos grupos escolares.

O quadro que aqui se desenhava² parece aproximar-se daquele descrito por Tarcísio Mauro Vago em sua obra “*Cultura Escolar, Cultivo de Corpos*”, onde o cenário eleito é a Belo Horizonte no ano de 1906:

Desde a reforma do Ensino Primário de 1906 a legislação não deixa dúvida quanto à responsabilidade pelo ensino de Ginástica. O Decreto n. 1969, de 3 de janeiro de 1907, estabelece que os professores, por designação do diretor, deveriam se revezar ‘na fiscalização dos alumnos em horas de recreio’ (art. 9), e justamente o professor designado deveria instruir ‘os alumnos nos exercícios phisicos, livres e de Gymnastica exigidos no Programa de ensino’ (§ºúnico) [...] Os exercícios phisicos especiais serão dirigidos pelos proprios professores (...) ao ar livre (§º 4), confirmando ser deles a responsabilidade pelo ensino. (VAGO, 2002, p. 244)

². “[...] o mesmo não se dá, entretanto, com a Gymnastica, cujos diversos movimentos são feitos sem precisão, havendo alumnos que se confundem a cada passo; e, como os professores ainda não dão as ordens, lendo-as numa folha de papel, succede que lhes escapam as cincadas dos alumnos, as quaes passam, assim, sem ser corrigidas. Essa falta de precisão avulta, principalemnte, entre os alumnos do Professor Pereira, os quaes não marcaram passo nas evoluções gymnasticas e muito menos nas entradas e saídas do recreio, etc. Ora, isso é uma grave falta, um claro symptoma de indiciplina e deve ser sanado sem mais demora” (Trecho retirado do “Relatório da Inspeção às Escolas Reunidas de Araranguá”, item 10 “Da Gymnastica”, realizado em 07/10/1917, pelo então Inspector Escolar Altino Flores).

Um ensino desqualificado ou, no mínimo, despreparado atravessava as aulas de Ginástica que se faziam presente nos grupos escolares catarinenses. A não obrigação do ensino, além de questões como a falta de espaço físico e preparo profissional convergiam para que a disciplina não fosse ministrada em todos os estabelecimentos de ensino. No entanto, esse quadro inicial de abandono e de indiferenciação na formação de professores especializados não ofusca o fato de que a Ginástica, inserida no universo maior dos grupos escolares concorria para a consolidação de um tipo de escola primária que, legitimadora por excelência dos ideais republicanos, se tornaria referência para as demais. Pautados e norteados pelos elementos *trabalho*, *ordem* e *asseio*, como nos aponta Silva (2006), os grupos escolares “serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção” (SILVA, 2006, p. 181). Nóbrega (2003, p. 258) pondera que sob o escudo do regime republicano desenvolveu-se uma retórica educacional oficial que procurou equacionar o ensino público e suas reformas à formação ou ao fortalecimento da nacionalidade, cidadania e democracia, remetendo-os ao “moderno”, ao “novo”, “à eficácia administrativa” em oposição ao “velho”, “retrógrado” e “ineficaz” regime imperial. Alerta-nos ainda, que este novo tipo de escola era típico dos centros urbanos que, sob a égide de uma escola popular, destinou-se na prática e na maioria dos casos aos filhos das camadas médias em ascensão e, em muitos casos, aos filhos das elites³.

³. De acordo com Silva (2006), A criação dos grupos escolares integra o projeto republicano catarinense de “reinvenção das cidades”, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade [...] Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam um conjunto alargado da população [...] Cabe lembrar que, nos primeiros anos do século passado, a população vizinha dos grupos escolares era formada, em boa parte, pelos estratos médios e pela elite local. Lembremo-nos de que o reordenamento urbano do qual os grupos escolares faziam parte era composto também de projetos de assepsia das partes centrais das cidades. Neste processo, os pobres e os marginais eram cuidadosamente removidos para não perturbar a paisagem urbana (SILVA, 2006, p.181).

Sob o governo de Getúlio Vargas, o país atravessava a vigência do regime do Estado Novo que apresentava como principal preocupação a constituição da nacionalidade brasileira, a consolidação de uma determinada “identidade nacional”. Daniel (2006) assinala que aliado ao projeto nacional, o governo do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos (1937-1945), dedicou-se sobremaneira ao processo de homogeneização da população catarinense, que apresentava uma população significativa de imigrantes (sobretudo alemães e italianos), portadora de línguas, hábitos e costumes bastante diversos. “Nesse projeto ambicioso de nacionalização caberia à escola, então, socializar os catarinenses num novo ideário de organização social” (DANIEL 2006, p. 4.984).

A figura do professor assumia assim, uma posição de destaque no cenário político-educacional que se desenvolvia. Como um dos principais canais de efetivação e implementação das políticas governamentais, a formação dos professores que atuavam junto às escolas primárias, ou seja, junto ao “futuro da nação brasileira”, passou a receber grande importância, sobretudo a partir da década de 1930, marcada por grandes Reformas Educacionais. Nesse sentido, a concentração dos esforços governamentais recaiu sobre as Escolas Normais, que segundo Silva (2006, p. 180) eram consideradas e contempladas nas Reformas como *locus* de formação do professorado que seria responsável pela escolarização da população. Uma vez que a Ginástica se constituía como elemento formador dessa educação ideal alojada nos grupos escolares, importava se preocupar, ainda que minimamente, com o ensino específico de suas atividades.

De acordo com o estudo dos currículos e programas direcionados às primeiras Escolas Normais catarinenses feito por Daros et al (2005), vemos que data do ano de 1911 um incipiente movimento de entrada da *Ginástica* na preparação dos professores

primários. É-nos interessante destacar que, em meio a esse movimento de institucionalização, ao mesmo tempo em que se legitimava a existência da disciplina e, portanto, sua validade e relevância à formação docente, seus domínios restringiam-se aos limites do currículo oficial. Até o ano de 1935, os programas não apresentavam, assim como o faziam às outras disciplinas, os conteúdos relativos às supostas aulas de Ginástica. Somente no programa de 1939, destinado ao Primeiro Ano dentre os dois que compunham o Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis⁴, é exposto no item 9: “*Observação e Prática de Educação Física*” (DAROS, SILVA, DANIEL in DAROS et al, 2005, p. 71), sendo-nos um indicativo do início efetivo das aulas de Educação Física no curso. Sete anos mais tarde, por meio do Decreto n. 3.674 de 23 de novembro de 1946, que regulamenta os estabelecimentos de ensino normal, a disciplina já aparece legitimada e reconhecida nos currículos e programas deste nível de ensino⁵.

Em 10 de novembro de 1937, o então presidente dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, promulga a quarta Constituição Federal. Embalado pelas ondas da

⁴. Daros (2005) nos evidencia que por meio do Decreto-Lei n. 713 de 5 de janeiro de 1935, as Escolas Normais Públicas foram transformadas em Institutos de Educação. Após um período de intensas mudanças organizacionais no sistema de Ensino Normal no Estado catarinense, o Decreto-Lei n. 306 de 2 de março de 1939 reorganiza os Institutos de Educação, dando-lhes nova configuração: Institui-se um curso fundamental de cinco anos – de nível secundário e preparatório para o curso normal, e um curso normal de dois anos (DAROS in DAROS et al., 2005, p. 14-15).

⁵. A partir do Decreto n. 3.674 de 23 de novembro de 1946, o ensino normal passou a ser ministrado em dois ciclos: o primeiro, compreendendo o Curso de Regentes de Ensino Primário (Normal Regional); e o segundo, o Curso de Formação de Professores Primários, ambos ocorrendo nas instalações do Curso Normal Regional e da Escola Normal, com duração de quatro e três anos, respectivamente. Além destes dois, o ensino normal compreendeu cursos de Especialização para Professores Primários, dentre os quais estavam previstos os ramos da educação pré-primária, didática especial do curso complementar primário; didática especial do ensino supletivo; didática especial do desenho e artes aplicadas; didática especial de música e canto; didática especial de educação física, que por sua vez, ocorreriam no Instituto de Educação com a duração de um ano letivo. De acordo com esse decreto, o Curso Normal Regional estendia o ensino de Educação Física às suas quatro séries, ocupando o espaço de três aulas semanais. A Escola Normal, por sua vez, igualmente estendia a disciplina às suas três séries, diferenciando-se no número de aulas semanais que reduzira-se a apenas um. Por fim, ao Instituto de Educação, não apontou o funcionamento efetivo de algum curso destinado a especializar professores para o ensino de Educação Física. É ainda interessante o destaque da regulamentação feita aos uniformes que deveriam ser utilizados tanto pelos professores quanto pelos alunos dos cursos em funcionamento (DECRETO N.3.674, 23/11/1946). No Decreto n. 3.682 de 3 de dezembro de 1940 que expede o programa ao curso Normal Regional, não encontramos aquele específico à disciplina, na medida em que este encontrava-se subordinado às orientações anuais da Inspeção de Educação Física do Estado (DECRETO N. 3.682, 03/12/1946).

influência higienista que se fazia fortemente presente na política educacional implantada pela Era Vargas, o ensino de Educação Física assume uma posição de destaque nos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (CF, 1937, artigo 131)

Centrado na busca de corpos saudáveis, apartados das doenças infecciosas e dos vícios que acometiam o século, o “movimento higienista” – como assim convencionou-se chamar – em suas origens brasileiras apoderava-se da Educação Física, moldando-a como um “[...] elemento de extrema importância para o forjar aquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país” (CASTELLANI, 1991, p. 39). Esse discurso, em linhas gerais, via na Educação Física um “agente de saneamento público” (BETTI, 1991, p.184), que agiria por meio da “desinfetação dos corpos” na transformação da criança em aluno, visando o alcance e manutenção da saúde de um corpo social e produtivo⁶. De acordo com SOARES (2004), se atribuiu a ela – *Educação Física* – a capacidade de potencializar a utilidade das ações, de educar efetivamente o corpo [...] As noções de economia e gasto de energia, de cultivo da saúde passam a ser os princípios organizadores do cotidiano e a Ginástica, sua grande divulgadora” (SOARES In SOARES, 2000, p.115).

Paiva (2004) nos alerta, no entanto, que é preciso termos clareza de que não é a Educação Física que inventa “sozinha” esse novo estilo de vida, ou seja, que implementa esse novo *habitus*. Sob uma perspectiva bourdieusiana, a autora nos aponta

⁶. Uma reflexão acerca deste movimento pode ser encontrada nas palavras de Carmem Soares: “A Ginástica do século XIX - posteriormente chamada Educação Física - afirma um discurso e prática que a revelam como um modelo a ser difundido, como um conjunto de preceitos e normas do ‘bem-viver’ (SOARES In SOARES, 2000, p.115).

que a incorporação dessa segunda natureza - *uma natureza social* - que remete a essa “nova maneira ‘saudável’, ‘ativa’, ‘disciplinadamente espontânea’ e, sobretudo, ‘esportiva’ de ver e viver a vida ‘feliz’” (PAIVA, 2004, p. 71) reflete uma nova mentalidade que tem suas dimensões para além das discussões próprias do campo da Educação Física. Nesse sentido, Silva (2001) assinala que uma das condições de possibilidade de emergência desse novo ser social gesta-se com uma nova representação de corpo e indivíduo forjada pela modernidade.

Da obsessão pela busca de um *corpo modernizado* expressa entre outras razões, pela obrigatoriedade da disciplina nas escolas surge a necessidade de se ponderar e concretizar a formação específica de seus professores, inaugurando, em alguma medida, uma forma de pensar a Educação Física em níveis acadêmicos. Por sua importância e validade agora legitimadas, já não era concebido à Educação Física um ensino desqualificado e relegado a um plano secundário no interior do espaço escolar⁷. A redução de seu valor como instrumento utilitário subordinado às demais disciplinas curriculares estava com os dias contados: uma identidade própria, ainda que de forma tímida, começava a figurar e caracterizar o campo em nível nacional⁸.

Como primeiro fruto desse redimensionamento educacional, Nereu Ramos cria em 18 de junho de 1938 a Inspeção de Educação Física do Estado⁹, pelo Decreto-Lei

⁷. Ao analisar a grade curricular das Escolas Primárias de Belo Horizonte em 1906, VAGO (2002) nos auxilia na compreensão do que chamamos de caráter utilitário da Educação Física Escolar: “Eles (os exercícios físicos) foram cuidadosamente posicionados entre as demais disciplinas, porque considerados como recurso de higiene. A idéia de intercalar os ‘Exercícios Físicos’ e o Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos considerados intelectuais, realizados em outras cadeiras na sala de aula” (VAGO, 2002, p.235).

⁸. “As aulas de Educação Física abrangerão o período de 30 a 35 minutos entre o preparo, a saída e o retorno à sala, e serão ministradas 3 vezes por semana a cada turma” (Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941, p. VI).

⁹. Por meio da Portaria nº. 113 de 16 de janeiro de 1941, o então Superintendente Geral Interino do Ensino, Prof. Elpídio Barbosa, “Aprova a circular nº 1 redigida pela Inspeção de Educação Física, na qual estão traçadas as instruções e diretivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares durante o período letivo de 1941; e autoriza o Inspetor de Educação Física a remeter

nº. 125, que deveria estar sediada nas dimensões do então Instituto de Educação da capital. Coube, portanto, a este órgão:

Art. 2º. - (a) - a organização e direção da Escola de Educação Física para a formação de professores especializados naquela disciplina; (b) – ministrar nas Escolas Normais, aos futuros professores, os conhecimentos necessários sobre a técnica da educação física, sobre os efeitos produzidos na criança e noções sobre biometria, pedagogia e metodologia da educação física; (c) - orientar e fiscalizar a educação física nos estabelecimentos de ensino primário e, nos termos do Decreto-lei nº. 76, de 4 de março de 1938, a educação física nas associações e clubes esportivos, tornando a sua prática metódica e racional. (DECRETO-LEI N.125, 18/06/1938)

A idéia de uma Escola de Educação Física que se concretizasse apta a formar, em terras catarinenses, um corpo de professores especializados segundo os modernos princípios pedagógicos e científicos, estava entre os objetivos maiores a serem alcançados com a criação da Inspetoria. Para inaugurar e organizar todos esses passos rumo à profissionalização docente e num mesmo movimento, solucionar este que se apresentava como *o problema da Educação Física nas escolas catarinenses* invadindo os Institutos de Educação e Grupos Escolares com a segurança e a eficácia de uma Educação Física ‘racionalmente orientada’, Nereu Ramos, por sugestão do Ministro Gustavo Capanema e do diretor da Escola de Educação Física do Exército, solicitou ao Interventor Federal no Espírito Santo, Sr. Capitão João Punaro Bley, que fosse posto à disposição do governo catarinense o professor Aloir Queiroz de Araujo (Relatório Anual, 1938, p.28-29), “abalizado conhecedor da matéria que ocupava funções idênticas no Estado do Espírito Santo” (Diário da Tarde, 16/09/1938). É interessante considerarmos que o Estado espírito santense se destacava em cenário nacional entre aqueles mais desenvolvidos em matéria de Educação em geral, e em Educação Física,

diretamente essa circular aos diretores dos estabelecimentos de ensino oficiais ou equiparados” (Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941).

em particular; ao passo que a figura de Queiroz era na mesma medida enaltecida como “um dos mais efficientes promotores da preparação da mocidade das escolas consciente da finalidade do homem novo da América, sem dúvida o futuro dirigente dos destinos do Mundo” (Arquivo pessoal do Prof. Aloir Queiroz de Araújo). É igualmente interessante destacarmos que a Revista de Educação Física do Exército publicava em outubro de 1941 seu orgulho na participação do Exército na iniciação do plano catarinense. Além de Queiroz, professor diplomado pela Escola de Educação Física do Exército, o artigo aponta que o ‘terreno fértil’ do Estado sulino “no qual Nereu Ramos semeia, para que toda a população colha os frutos benéficos” (Revista de Educação Física, outubro de 1941) fora preparado por militares propagandistas da causa da Educação Física, a saber, majores e capitães do exército.

Ciente dos limites que se impunham a este momento inicial de consolidação do campo profissional, Nereu Ramos complementa:

Art.6º. - Enquanto não puder ser instalada a Escola de Educação Física, nos moldes do presente decreto-lei e respectivo regulamento, funcionará, anexo à Inspeção, um **Curso Provisório de Educação Física**, cujo plano de ensino obedecerá, desde já, ao previsto para a organização da Escola Nacional de Educação Física¹⁰ proposta ao Ministério da Educação e Saúde. (DECRETO-LEI N.125, 18/06/1938, grifo nosso)

¹⁰. A criação da Escola Nacional de Educação Física, no ano de 1939, na cidade do Rio de Janeiro, foi tema central da pesquisa de mestrado de Victor Andrade de Melo denominada “*Escola Nacional de Educação Física – uma possível história*”, defendida no ano de 1996 na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. O autor explicita em seu estudo, alguns pontos que justificam a importância e irradiação da influência da ENEFD às demais Escolas de Educação Física que surgiram no Brasil após sua fundação: “Dentre as principais contribuições à educação física brasileira temos as pesquisas realizadas em seu interior e divulgadas através dos 'Arquivos' e dos inúmeros cursos e congressos que sediava e/ou ajudava a organizar, com infra-estrutura material e física, mas também com a participação direta de seus professores como palestrantes e conferencistas, facilitando o acesso a informações mais recentes e teoricamente mais aprofundadas. A ENEFD foi a primeira escola e possivelmente uma das primeiras, e talvez mais importantes na época, instituições, no Brasil, a fazer e divulgar pesquisas sistemáticas em educação física. Outra grande contribuição foi lutar para que as Escolas de Educação Física de outros Estados fossem aceitas no âmbito das Universidades. Areno, por exemplo, quando diretor, viajou para muitos Estados e procurou entrar em contato com os reitores das Universidades, procurando apresentar-lhes as experiências satisfatórias da ENEFD, a única Escola de Educação Física não só ligada a uma Universidade, como também ligada a uma das mais importantes universidades do Brasil. Em 1961, por exemplo, manteve contato com os reitores da Universidade do Rio Grande do Sul, Elyseu Paglioli, e da Universidade do Paraná, Flávio Suppicy [...] A ENEFD também foi

Em cumprimento às disposições contidas neste artigo, o Curso Provisório de Educação Física é regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 508, em 18 de agosto do mesmo ano, sendo justificado pela finalidade maior de especialização do professorado estadual, objetivando a formação de *professores e instrutores* de Educação Física e ao mesmo tempo o desenvolvimento, orientação e unificação da prática da Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino do Estado (DECRETO-LEI N. 508, 18/08/1938). Unificar a prática de Educação Física significava dizer que tanto as aulas ministradas aos professores formados pelo Curso Provisório como aquelas que ocorriam nas instituições escolares deveriam adotar as particularidades do Método Francês de Educação Física, o mesmo amplamente defendido por Rui Barbosa já em seu parecer nos fins do século XIX, em oposição ao então corrente Método Alemão.

A organização pedagógica que estruturava o curso projetava ao mercado de trabalho duas identidades profissionais diferenciadas e, em certa medida, hierarquizadas: formavam-se concomitantemente, *professores e instrutores* de educação física, configurando posições sociais ao mesmo tempo próximas e distantes. Se por um lado um único plano de ensino orientava a formação dos alunos de ambos os cursos, por outro, os critérios de direcionamento pautavam-se nas reivindicações de escolaridade e experiência prática a comprovar. Nesse sentido, o curso de Instrutores de Educação

responsável por formar gerações de profissionais competentes em todos os ramos, muitos dos quais, enquanto bolsistas, voltavam a seus estados e divulgavam o conhecimento adquirido e/ou auxiliavam na organização da educação física em seu Estado. Na área desportiva, por exemplo, existem inúmeros técnicos que foram ex-alunos da escola. Enfim, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos teve uma importância fundamental no desenvolvimento da educação física nacional. E sua história, ou uma de suas possíveis histórias, lança luz em muitos de nossos fatos contemporâneos (MELO, 1996, p. 111-113). O primeiro currículo de ensino da Educação Física universitária surgiu, segundo COSTA (1998), na década de 30. No entanto, o primeiro currículo reconhecido e divulgado como padrão nacional, foi o do curso superior da ENEFD, especificamente, em 1939 quando da criação da escola. A ENEFD recebeu a responsabilidade e incumbência na formação de equipes de especialistas em Educação Física para o meio civil.

Física destinava-se aqueles candidatos que não satisfizessem as exigências da matrícula para o curso de professores:

Art.13º. – Para a matrícula no curso de professores de Educação Física, é necessário que os candidatos satisfaçam as condições seguintes: a) – ter o curso superior ou secundário em estabelecimento oficial equiparado; b) – ter idade superior a 18 e inferior a 35 anos, contada até a data da matrícula; c) – demonstrar aptidão e capacidade para ministrar o ensino da educação física; d) – ter robustez e sanidade física e mental comprovadas em inspeção perante junta médica designada pelo Secretário do Interior e Justiça. (DECRETO-LEI N.508, 18/08/1938)

O curso de Professores de Educação Física ainda admitia a matrícula de complementaristas¹¹, ou dos que possuíssem curso equivalente em estabelecimento de ensino oficial equiparado, desde que comprovassem um ano de atuação no magistério do Estado. Entretanto, em nova expressão de hierarquização, o referido decreto nos deixa claro que em situação de igualdade, preferir-se-ia a matrícula de alunos que apresentassem formação em curso superior ou secundário, aos complementaristas. No entanto, independentemente de sua trajetória profissional precedente, tamanha era a crença no poder renovador do compromisso que estava prestes a ser assumido que em meio às normas aplicáveis aos professores matriculados no curso, Nereu Ramos decreta que na possibilidade de algum deles ser reprovado, seria permitido o seu retorno ao cargo anterior sob a pena de sofrer a retirada de 30% (trinta por cento) da pontuação de qualquer promoção ou remoção que vier a concorrer no magistério (DECRETO – LEI N. 184, 10/09/1938). Ainda que as vagas fossem preferencialmente destinadas aos

¹¹. Denominavam-se *complementaristas* os professores/as formados pela Escola Complementar. Esta apresentava como objetivo dar seqüência ao ensino primário e preparar professores para atuarem em escolas isoladas na área rural do Estado. Segundo Fiori (1975), “As Escolas Complementares objetivavam dar seqüência ao ensino ministrado pelos Grupos Escolares e facilitar a formação de professores normalistas – seus egressos podiam matricular-se no terceiro ano da Escola Normal. Mas essas escolas preparavam, efetivamente, professores para as então numerosas Escolas Isoladas catarinenses” (1975, p. 100). Para maior aprofundamento ver a Dissertação de Mestrado de Dilce Schueroff, intitulada “*Trajetórias da Vida Escolar de Professoras Primárias Catarinenses*”, apresentada ao PPGE/UFSC, em fevereiro de 2009.

professores públicos em exercício, o curso possibilitava a inscrição daqueles interessados que não o ocupassem seus cargos no momento sob a determinação de requerer diretamente a matrícula ao Inspetor de Educação Física selando-o com 2\$000 de selos estaduais e selo de Saúde do Estado (Edital de Matrícula ao Curso Provisório de Educação Física, 10/08/1938).

Não estar apto a adentrar ao curso, no entanto, não desobrigava os futuros instrutores de enquadrarem-se nas alíneas b, c e d do artigo precedente. Afastando-se apenas da exigência da escolaridade, estes, como parte da seleção, deveriam submeter-se a um exame classificatório de habilitação, cujo programa fora anualmente elaborado pela Inspeção de Educação Física e publicado em Diário Oficial com antecedência de três meses de sua realização. É interessante destacarmos que, segundo o Art. 18º desse mesmo decreto, o exame de habilitação seria realizado no primeiro dia útil do mês que antecederesse o início das aulas, “na Sede da Inspeção de Educação Física, sob o controle de uma banca examinadora composta do Inspetor Técnico, como presidente, de um instrutor ou professor e de um médico” (DECRETO-LEI N. 508, 18/08/1938).

Com duração de seis meses, o Curso Provisório de Educação Física deveria ocupar o segundo semestre do ano. O início efetivo de suas atividades letivas data de 15 de setembro de 1938 inaugurando uma nova fase ao campo da Educação Física catarinense: os 30 (trinta) alunos¹² diplomados pela primeira turma além de legitimarem a presença da disciplina nos currículos escolares, abririam as portas do Estado à profissionalização docente. Este número variou para 29 (vinte e nove) nas páginas do Diário da Tarde de 16/09/1938, onde ao serem elencados os nomes dos primeiros alunos

¹². O Relatório Anual de Nereu Ramos ao Presidente da República de outubro de 1941, de onde este total de formandos foi retirado, não especifica a distinção entre os números de professores e instrutores de Educação Física diplomados na primeira turma.

do curso mais uma constatação nos é possível: deste total, 21 (vinte e um) alunos eram mulheres e apenas 8 (oito) eram homens, corroborando a premissa de que o magistério primário catarinense se constituía como um campo de atuação eminentemente feminina, inclusive nas práticas relativas à Educação Física.

Com total apoio do Governo do Estado em suas necessidades e iniciativas, a chegada do Curso Provisório de Educação Física ao Estado catarinense foi recebida com o impacto de uma *alta realização no terreno educacional* (A Notícia, 18/09/1938), fato que o colocava em situação de relativa igualdade aos processos ocorridos nos Estados do Espírito Santo e São Paulo. Segundo o mesmo artigo jornalístico, as aulas de *ensino geral theorico-prático* do Curso Provisório que abrangiam as cadeiras de Anatomia e Physiologia humanas, Noções de Cinesiologia, Biometria, Pedagogia, Metodologia da Educação Physica e Noções de Psico-Pedagogia, Hygiene Applicada, Physioterapia, Socorros de Urgência e História da Educação Physica realizaram-se em sua sede temporária localizada no Instituto de Educação; ao passo que o ensino prático que abrangia as cadeiras de Execução prática dos elementos e methodos adoptados, Composição de lições para os differentes graus das idades, Processos da Educação Infantil, História e Dramatização, Direcção de lições e outras formas de trabalho physico, Educação Physica Feminina, Gymnastica rithmica e danças regionaes, Educação Physica Esportiva (desportos individuaes e colectivos) e canto coral, foram ministradas primeiramente, nas instalações do Estádio da Força Pública, cedido pelo commandante /tenente-coronel Cantidio Regis. Vale ressaltar que dos seis professores responsabilizados pelo ensino das cadeiras do Curso Provisório, três eram médicos profissionais.

Na esteira dos incentivos governamentais aos êxitos do curso, já em novembro do mesmo ano o Decreto-Lei N. 229 autorizava a abertura de crédito especial na quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de reis) para iniciar a construção de um estádio na Praça General Osório, na capital, “[...] destinado ao ensino prático da Escola de Educação Física, a competições ginásticas e esportivas e ao desenvolvimento da cultura física [...] (DECRETO-LEI N. 229, 18/11/1938). Para além de constituir um espaço apropriado e distinto para os exercícios ginásticos e prática racional dos esportes - conteúdos práticos privilegiados do curso - tal ação justificava-se na medida em que os poderes públicos, num movimento de reforço à obrigatoriedade constitucional do ensino da Educação Física em todas as escolas e níveis de ensino, foram atribuídos da missão de difundir-la em território nacional, assim como “fundar instituições e auxiliar e proteger às fundadas por associações civis” (DECRETO-LEI N. 229, 18/11/1938).

Em 6 de maio de 1939, o Curso Provisório de Educação Física finalizava sua primeira atuação no Estado catarinense sob os triunfos de uma vitória onde dois vencedores - em nada adversários - poderiam ser laureados: se de um lado o Estado Novo ganhava amplitude ao encontrar na Educação Física um meio propício de divulgação e legitimação de seus ideais, por outro, o campo da Educação Física catarinense constituía, por sua vez e pela primeira vez, um esforço de especificidade da área por meio de um espaço especializado para a formação de seus professores. Nereu Ramos, para formalizar seus contentamentos e satisfações diante de tal projeto, presidiu e parainfou a sessão de colação de grau da primeira turma de formandos que acontecera emblematicamente no edifício da ex-Assembléia Legislativa do Estado, ladeado à mesa por Ivo D’Aquino e Ivens de Araújo - Secretários do Interior e Justiça e Segurança Pública, respectivamente, Aloir de Queiroz - Inspetor de Educação Física,

Altamiro Guimarães - Secretário da Fazenda, Sebastião Rocha - Superintendente Geral do Ensino e Capitão de Corveta Carneiro da Costa - Capitão dos Portos. As palavras por ele proferidas na ocasião em discurso oficial, bem retratam esse enlace de interesses que se firmou entre os objetivos nacionais e a consolidação do Curso Provisório em terras catarinenses:

“Senhoras Professoras e Senhores Professores:

O Estado Novo não é simples atitude. É realização em todos os setores da vida brasileira [...] O progresso de uma nação – escreveu um de nossos maiores educadores – está na proporção de seu zêlo pela educação física. Onde se define a decadência da cultura corporal, pode-se ter, por certa, a decadência geral do país, cuja base econômica forçosamente há de estar no vigor físico de seus filhos [...] Foi sob a sadia inspiração dessa verdade indisfarçável que instituímos, com a competente e hábil direção do Prof. Aloir de Queiroz, posto á disposição do Estado pêlo eminente Interventor do Espírito Santo, o Curso de educação física que aqui hoje nos congrega para consagrar solenemente os seus primeiros professores. Lacuna das mais sensíveis a que marcava o nosso aparelhamento escolar, preocupado quase que exclusivamente da parte espiritual da educação. Assim falo porque a educação física que, em traços fugidios, deparavam os nossos estabelecimentos de ensino, mal escapava áquilo de Gustavo Capanema: “ao invés de aprimorar a infância e a juventude, não raro a levava a deformação ou a lesão irreparável” porque ministrada por “mestres improvisados no preparo e errados no saber”. Por obviar a êsse mal, que não era apenas nosso, mas de quase todo o Brasil, criou o govêrno da República, por decreto-lei de 17 de abril último, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Avantajouse, pois o Estado, á própria União no encarar o problema da cultura física das novas gerações catarinenses [...] Dando ao corpo solidez, agilidade, harmonia e beleza sadia, garantiremos do mesmo passo ao país as energias de que há mister para o seu desenvolvimento e para o seu progresso. Nesta hora de renascimento nacional, a cultura física deve ser “parte integrante da vida brasileira”. Não cumprirá o seu dever para com o Brasil a juventude que se não afeiçoar aos exercícios físicos, deles fazendo artigo de fé e mandamento cívico”. (Trecho do discurso do Interventor Federal no Estado de Santa Catarina – Nereu Ramos – na solenidade de formatura, ao paraninfar a primeira turma de formandos do Curso Provisório de Educação Física do Estado, em 06/05/1939. Fonte: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 10/05/1939, grifo nosso)

Em uma extensa fala imersa em elogios às inúmeras “realizações magestosas” colocadas em marcha pelo então Interventor, Queiroz advoga fervorosamente a serviço da causa da Educação Física, enaltecendo-a em conjunto com as “ciências do saber”, como os alicerces da educação moderna. Anunciada no discurso de Nereu Ramos é-nos claro, a partir da fala de Queiroz, o quanto nesse momento inicial havia uma visão de

Educação Física muito próxima daquilo que podemos chamar de *Educação do Corpo*. A visão dualista e ocidental do ser humano - corpo e espírito - permeava os limites da disciplina que parecia a um só tempo ser capaz de isolar a dimensão corpórea e assim somente interessar-se e responsabilizar-se por ela. Lançando luzes à especificidade e à necessidade de se reservar à disciplina um espaço legitimado nos currículos escolares, encontramos nas palavras de Queiroz um duplo movimento que favorecia à sua maneira, o engendramento do campo da formação de professores: se a Educação Física emergia como disciplina específica e obrigatória nas grades curriculares mensageira de uma educação preocupada com a formação integral do aluno, ou seja, de um equilíbrio entre corpo e mente; ao mesmo tempo ela se afirmava como área de atuação restrita às dimensões corporais, interessada sobremaneira na busca da saúde e beleza física:

Felizmente, depois do advento do Estado Novo, em que nova onda de patriotismo veio despertar a consciência nacional, estreitando o governo e o povo no mesmo pensamento de amor, fé e confiança no risonho futuro que a divina providência nos aponta, verdadeiro renascimento se operou em todas as fontes de energia da nação, especialmente naquelas em que melhor dizem respeito ao seu interesse coletivo. **Sendo a educação física da mocidade brasileira um dos pontos mais focalizados na Constituição de 10 de Novembro, tornando a sua prática obrigatória em todas as escolas do país, veio com isto preencher lastimável falha existente no ensino, onde até então nada mais se fazia do que dar à criança uma educação unilateral, sem dispensar o menor cuidado ao desenvolvimento paralelo “do espírito e do corpo”, tema tão debatido e apregoado na educação moderna, cuja origem se perde na idade dos tempos.** Entre nós, somente hoje o verdadeiro espírito da educação está sendo bem compreendido. Era lastimável o menosprezo e a indiferença dos poderes públicos pelos assuntos educacionais com especialidade no que se refere à saúde e assistência social da população brasileira. **A educação física embora muito tempo figure nos programas oficiais do ensino sempre foi relegada a plano secundário, não passando mesmo de um simples adorno da nossa legislação escolar.** (Trecho do discurso do Inspetor de Educação Física do Estado – Aloir Queiroz de Araujo - na solenidade de formatura da primeira turma de formandos do Curso Provisório de Educação Física do Estado, em 06/05/1939. Fonte: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 10/05/1939, grifos nossos).

E nesse sentido, assumindo com uma apaixonada devoção suas posições de trabalho ao lado dos que se dedicavam à “Educação Intelectual e Moral” e com vistas à

obtenção de resultados mais concretos para a melhoria da espiritualidade do povo brasileiro, o teor do “caráter da alta missão abraçada” incorporado pelo grupo de alunos fazia coro na voz de Fernandino Caldeira de Andrada, na ocasião, orador da turma. Num primeiro momento, esta missão evidencia o esforço pelo reconhecimento do espaço e importância da disciplina no arranjo curricular e no mesmo passo, da própria profissão que emergia:

Seremos os iniciadores, os precursores da Educação Física no magistério catarinense [...] Da mesma maneira que o agricultor ara a terra, aduba-a e prepara-a para torná-la apta a receber a semente, preparemos e ajudemos a preparar o nosso corpo e o de nossos patrícios, para que a semente simbolizada pelo espírito encontre meio adequado para o seu desenvolvimento. **A utilidade da missão que abraçamos é incontestável e já pode ser indicada como uma das mais patrióticas instituições [...] Esforcemo-nos, como muitos o têm feito para colocar a ginástica no seu verdadeiro plano, no mesmo nível da educação intelectual e moral e batamo-nos sem cessar pelo brocado latino: Mens sana in Córpo Sano.** Caros colegas, com bom humor, sorrindo, procuremos a glória. Distribuamos a semente da saúde por esta nossa terra, para que ela se torne um dia esteio forte, ajudando-nos a manter bem alto o estandarte da Educação Física! **(Trecho do discurso do formando Fernandino Caldeira de Andrada - na solenidade de formatura da primeira turma de formandos do Curso Provisório de Educação Física do Estado, em 06/05/1939. Fonte: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 10/05/1939, grifo nosso)**

Em seguida, a relevância dada à disciplina e o reconhecimento dirigido ao professor/profissional eram enaltecidos à medida que se subordinavam aos objetivos nacionais:

[...] Conduzamo-nos à glória!
A glória de colaborarmos na formação de um povo eugênico! A glória de prepararmos músculos fortes, aptos para os muitos trabalhos de nossa terra! A glória de exercitar homens destros para a defesa do solo pátrio! A glória enfim de contribuirmos na formação grandiosa de um Brasil forte, saudável e bélo. (ibdem)

Para que tal missão pudesse ser efetivada à altura de seus anseios e investimentos, o campo educacional catarinense de uma maneira ampla e o campo de atuação dos profissionais recém-formados, de uma maneira particular, sofreu alguns reflexos gerados pelo novo projeto. A figura do professor de Educação Física ganhava

ao mesmo tempo em que conquistava espaço no cenário educacional¹³. Os professores recém-formados pelo Curso Provisório foram imediatamente aproveitados para cargos nos Grupos Escolares e nos Institutos de Educação espalhados por todo o Estado: havia urgência e necessidade na (re)orientação da prática que estava em cena. Nesse caminho, já em 29 de maio - ou seja, com a distância de menos de um mês da formatura – Nereu Ramos divulgava a criação do cargo de professor de Educação Física em 9 (nove) grupos escolares do Estado, a saber:

“José Boiteux”, de João Pessoa, no município de São José; “Prof. Paulo Zimmermann”, de Rio do Sul; “Eliseu Guilherme”, de Harmônia; “Francisco Tolentino”, de São José; “Profª. Ana Gondin”, de Laguna; “Prof. Venceslau Bueno”, de Palhoça; “Silveira de Sousa”, de Florianópolis; “Prof. José Brasilício”, de Biguassú; “Prof. Balduino Cardoso”, de Porto União. (DECRETO N. 810, 29/05/1939)

Cabe-nos aqui resgatar a idéia de Silva (2006) onde os grupos escolares figuram como verdadeiras “Vitrines da República” e dela enfatizar a participação da Ginástica. Além de serem, juntamente com os Institutos de Educação, os primeiros estabelecimentos de ensino no Estado a serem beneficiados com a criação de cargos específicos para o professorado de Educação Física, nos grupos escolares tais cargos eram preenchidos somente por professores especializados pelos cursos oficiais oferecidos pela Inspetoria, os quais, segundo as próprias palavras de Queiroz: “levam uma bagagem apreciável de estudos e conhecimentos para desempenharem com eficiencia o trabalho” (O ESPORTE, 30/08/1939). Ao mesmo tempo, nas escolas isoladas, um movimento bastante diferenciado daquele que ocorria no interior dos grupos escolares, caracterizava o ensino da disciplina: a legitimação de um espaço

¹³. O Decreto-Lei N. 428 de 23 de fevereiro de 1940 nos fornece um bom exemplo dessa conquista de espaço pela figura do Professor de Educação Física. Neste decreto, Nereu Ramos concede ao professor normalista que for diplomado em curso de Educação Física reconhecido a possibilidade de, assim como os demais professores normalistas, ser nomeado diretor de Grupo Escolar.

destinado às práticas físicas no arranjo curricular se deu pela introdução do ensino teórico da Educação Física nos dois últimos anos do Curso Normal, assinalando de um lado, a ausência de professores especializados e de outro, a não disponibilidade e/ou o não incentivo à construção de espaços físicos apropriados. Na esteira desse quadro de distinções, Queiroz defendia que o ensino teórico da disciplina aos futuros professores normalistas serviria a um duplo movimento: conscientizá-los sobre a importância e proveito da Educação Física que iriam ministrar nas escolas isoladas e assim, servir de importante instrumento de propaganda e difusão da mesma. Entretanto, a formação que chegava a esses futuros professores servia ao propósito de propagar e difundir um tipo ideal de Educação Física, aquele mesmo que ocorria nos dispendiosos campos e praças dos grupos escolares. Assim como a Educação Moral e Intelectual destes espaços catarinenses privilegiados pela “modernidade”, a Educação Física que lá se praticava era exposta “como um produto que não estava à venda: deveria ser reverenciado, admirado, mas estava disponível para poucos” (SILVA, 2006, p.181).

Em 13 de junho, mais 5 (cinco) Grupos Escolares aguardavam legalmente, a chegada de um professor especializado que, seguindo o mesmo processo dos demais, seria designado pelo governo. O primeiro concurso para professores de Educação Física do Estado de que temos conhecimento, ocorreu em 31 de julho de 1939, legitimado pela Resolução N. 6633 de 28 de julho de 1939, na capital catarinense. Visando o preenchimento da cadeira de Educação Física dos cursos Fundamental e Normal do Instituto de Educação (um professor para a turma masculina e uma professora para a turma feminina), inscreveram-se três candidatos, todos diplomados pelo Curso Provisório Estadual: Fernandino Caldeira de Andrada, Diva Formiga e Edite Soares, dos quais os dois primeiros foram imediatamente aproveitados após obterem melhor

desempenho nas provas de seleção (Relatório do Concurso para Provimento da Cadeira de Professor da 4ª Secção do 2º Grupo, Florianópolis, 11/08/1939). É interessante destacarmos também, que os candidatos selecionados obtiveram respectivamente, o primeiro e segundo lugar no quadro das médias finais do Curso Provisório (Arquivo Pessoal do Prof. Aloir de Queiroz).

Após a obrigatoriedade legal da disciplina, em 1937, e a posterior criação do Curso Provisório em 1938, os espaços escolares, num movimento duplo de coerência e incentivo, passaram a ser equipados com aparelhagens e instalações direcionadas à prática. Os grupos escolares construídos a partir de 1938 já contavam com tais elementos, uma vez que edificadas sob terrenos com capacidade para comportá-los. Ao mesmo tempo, entre alguns daqueles que foram construídos anteriormente a essa data, por não disporem de área física suficiente, adquiriu o Governo um terreno anexo para esse fim (RAMOS, N. Relatório Anual, 1940, p. 35).

Por ser a organização da Educação Física nas escolas catarinenses encarada como um problema muito complexo, dada a sua correlação com a saúde e a higiene, as primeiras medidas tomadas foram mesmo as de fornecer ao estado mão-de-obra especializada através da formação de professores, e a adaptação dos grupos para o ensino da disciplina. Queiroz é enfático ao defender que em ambas as situações o Estado catarinense é destaque entre os demais:

Assim é que em vários grupos escolares estão sendo construídos os campos para educação física, obedecendo estes, quando o terreno favorece, a um tipo especial, ainda não existente em outros estados. Todos possuem regular área gramada, cujas dimensões não ultrapassam de 60 por 40 metros, envolvida por uma pista com retas que permitam a realização das provas regulamentares de corrida. (O ESPORTE, 30/09/1939)

A remodelação dos galpões e a construção de outros, planejados de forma mais ampla e higiênica assim como a instalação de um campo destinado à prática do voleibol

estavam entre os objetivos dessa adaptação. A compra de aparelhos fixos e o fornecimento, aos colégios, de materiais próprios à prática das atividades físicas e os trabalhos de biometria relacionavam-se aos anseios educativos de originalidade e classificação dos alunos, respectivamente. Segundo Queiroz, o Grupo Escolar Getúlio Vargas e o “Abrigo de Menores” representavam na capital, o que havia de mais moderno, em termos de instalações, para a prática da Educação Física. No mesmo passo, os demais grupos escolares foram sendo, por sua vez, adaptados, como é o caso do Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajay, que já em 1939 contava com a construção de sua praça de Educação Física (JORNAL DO POVO, 1939); do Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau, que recebeu um terreno particular desapropriado pelo governo do Estado, para a construção de seu campo de Educação Física (Arquivo pessoal do Prof. Aloir de Queiroz) e, também, do Grupo Escolar Ana Gondin, situado no arrabalde do Magalhães, que festejava em setembro de 1939 a construção de seu campo de “Cultura Física” (ibdem). No âmbito particular, ainda que não configure este o interesse primeiro da formação, Queiroz destaca o Colégio Coração de Jesus que “satisfazendo com notável eficiência as exigências técnicas e pedagógicas da nova orientação dada ao ensino da Educação Física no país” tem como orientadora da seção a Prof. Olga Carvalho, aluna diplomada pelo Curso Provisório (O ESPORTE, 30/08/1939).

Havia, no entanto, a necessidade de formar mais professores. Além de o número de Grupos Escolares existentes no Estado catarinense ser bastante superior ao corpo docente especializado proveniente da primeira turma, já no primeiro semestre de 1939 praticamente todos estes já se encontravam aproveitados e alocados em algum estabelecimento de ensino. Entretanto, com a criação da Escola Nacional de Educação

Física, em abril de 1939, o Curso Provisório precisou adequar-se às exigências do Decreto-Lei nº.1.212 para que pudesse receber reconhecimento federal, suspendendo suas atividades no semestre letivo de 1939. Ainda sob a direção de Queiroz, no segundo semestre do ano de 1940 recomeçam as atividades do curso, onde 14 alunos receberam sua diplomação. Após esta segunda turma concluir a formação docente, na data de 10 de junho de 1941 por meio do Decreto Federal nº. 7.366, o presidente Getúlio Vargas concede reconhecimento ao Curso Provisório¹⁴.

Preparava-se, pois, no exercício de 1941, a formação da terceira turma de alunos do curso. É deste ano, também, a Portaria nº. 113 de 16 de janeiro, baixada pelo então Superintendente Geral Interino do Ensino, Prof. Elpídio Barbosa, através da qual é aprovada a circular nº. 1 - redigida pela Inspetoria de Educação Física - onde estão traçadas, em compasso com as orientações nacionais, as instruções e diretivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares durante o período letivo de 1941. Ao mesmo tempo, tal portaria autoriza o Inspetor de Educação Física a remeter diretamente essa circular aos diretores dos estabelecimentos de ensino oficiais ou equiparados (Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941). É também em 1941, que por meio do Decreto 12.989 o Interventor Federal no Estado do Espírito Santo resolve dispensar Queiroz da comissão que vinha exercendo desde 1938 diante da Inspetoria de Educação Física do Estado catarinense, entendendo que sua missão de aqui organizar o Serviço de Educação Física já tivera seu objetivo alcançado. Assume, pois, a direção do referido órgão o Coronel Américo Silveira D'Ávila.

¹⁴. O Presidente da República resolve, nos termos do artigo n. 23 do Decreto-lei n. 421, conceder reconhecimento ao Curso Provisório de Educação Física, com sede em Florianópolis, Santa Catarina. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1941, 120º da Independência e 53º da República (DECRETO-LEI N. 7.366, 10/06/1941).

O Relatório Anual de 1942 assinala que dos 44 diplomados até então nas duas primeiras turmas, 32 estavam exercendo sua especialidade em estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado. É, pois, nesse mesmo ano que começam a ser evidenciados, oficialmente, os resultados da Educação Física introduzida nos estabelecimentos de ensino e ministrada por professores especializados. Com um notável otimismo, o Relatório Anual de 1943 ao mesmo tempo em que nos revela uma leitura do quadro que se delineava no ensino da Educação Física em Santa Catarina, nos remete aos resultados e finalidades que dela se esperava. Entusiasmado e respaldado pelo momento que era atravessado pelo “harmônico desenvolvimento físico dos escolares” (RAMOS, N. Relatório Anual, 1943, p. 66), o Relatório Anual de 1942 afirma ser essa “a demonstração inequívoca do imperativo de se ampliar cada vez mais o quadro dos professores especializados, dotando do mesmo passo os estabelecimentos do aparelhamento necessário à prática dos exercícios” (Ibidem).

O documento ainda nos apresenta um elemento novo em relação ao professorado em exercício neste ano de 1942. Para além dos 27 professores diplomados pelo Curso Provisório do Estado, o ensino de Educação Física nos Institutos e Grupos Escolares contou com a presença de cinco monitores da “Fôrça Policial”, diplomados, por sua vez, pelo Curso de Educação Física do Exército¹⁵, sediado na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Relatório Anual de 1944, o mesmo quadro ocorrera no ano de 1943, onde, sob a direção do Coronel D’Ávila, o Curso Provisório formou apenas 11 professores.

Em 23 de outubro de 1944, Ernani do Amaral, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, acusa o recebimento de um telegrama enviado por Nereu Ramos no qual

¹⁵. A *formação superior* em Educação Física no Brasil nasce em berço militar, no início do século XX, com a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX). Seu legado é irrefragável na consolidação de todos os demais cursos de formação de professores na área, em todo o país. No narrar de Ferreira Neto (1999, p. 291) a ESEFEX foi a “*célula-máter*” da formação profissional no campo.

Ihe é solicitado a cópia da legislação referente ao Curso de Férias de Educação Física, organizado por aquele Estado. Ainda que não tenhamos acesso à documentação do novo curso que se instalava em terras catarinenses, a análise do telegrama e de seus anexos pôde nos dar fortes indicativos das intenções do governo catarinense em espelhar a legislação de seu antigo Curso Provisório de Educação Física na daquele realizado no Rio de Janeiro. Com a duração de três meses, acontecendo nos três primeiros meses do ano, o novo curso de formação de professores de Educação Física em Santa Catarina responde pelo nome de *Curso de Habilitação de Professores de Educação Física*¹⁶, conforme nos mostra a Figura 1.



**Figura 1. Diploma do Curso de Habilitação de Professores de Educação Física do Estado de Santa Catarina, expedido em 7 de março de 1948.
Fonte: Acervo particular Prof. Oly Gomes.**

A Figura 2 é uma ilustração do Dia da Formatura da terceira turma de formandos do Curso de Habilitação, nas dependências do Quartel da Polícia Militar do Estado. Na imagem, as alunas do curso ladeando o Prof. Bonassis, militar que fazia parte do corpo docente.

¹⁶. O Decreto- lei n.40 de 03/12/1945 transforma o Curso Provisório em Curso de Habilitação para Professores de Educação Física.



Figura 2. Formatura da terceira turma do Curso de Habilitação de Professores de Educação Física do Estado de Santa Catarina, em 7 de março de 1948.
Fonte: Acervo particular Prof^o. Oly Gomes.

Na Mensagem Anual à Assembléia Legislativa, no ano de 1948, encontramos na fala do então Governador do Estado, Aderbal Ramos da Silva a última referência oficial sobre o andamento do Curso de Habilitação:

Funcionou, em 1947, o Curso de Habilitação de Professores de Educação Física, com uma matrícula de 103 alunos, sendo aprovados 57. Com esta turma, todos os grupos escolares estão lotados com professores especializados em educação física. No prosseguimento do seu programa, vem o Govêrno de ampliar a inspeção do serviço de educação física nos estabelecimentos de ensino, designando técnicos em educação física para escolas isoladas e escolas reunidas. (SILVA, A.R., Mensagem Anual, 1948, p.32)

Alcançados os objetivos de capacitação e orientação docente para a prática, uniformizando, o ensino de Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino em nível estadual, o Curso de Habilitação de Educação Física, como nos apontam as figuras anteriores e a fala acima, parece encerrar sua existência no ano de 1948. Nas Mensagens Anuais que seguiram este ano, ao mesmo tempo em que estão ausentes quaisquer registros de formação de professores na área, o Curso de Habilitação não constava, assim como ocorria com o Curso Provisório, na lista das unidades escolares que

estavam em funcionamento no Estado. Nesse mesmo caminho, a Inspeção de Educação Física, na Mensagem Anual de 1950, agora desobrigada da função de organizar e administrar a formação de professores tem seus encargos concentrados nas ações de orientar e fiscalizar o ensino de Educação Física em todas as escolas do Estado de caráter público ou privado de ensino primário, normal, secundário e profissional.

A partir dessa configuração, pareceu o Estado não mais se preocupar em registrar a trajetória da formação de professores, mas sim, aquela relacionada aos frutos proporcionados por ela. Em 1951 uma nova onda de otimismo atravessava o *ensino* da Educação Física em terras catarinenses:

[Em 1951] O ensino da Educação Física foi devidamente ministrado nos estabelecimentos escolares, quer estaduais, quer particulares, sob a orientação da Inspeção de Educação Física. Há no Estado, 204 professores de educação física, de várias categorias, distribuídos pelos 151 estabelecimentos com ensino regular, os quais ministraram essa disciplina a 49.279 alunos. Em 1944 havia no Estado 44 educandários aparelhados, dispoendo de 46 professores; e apenas 16.452 alunos praticavam exercício físico metódica e racionalmente orientado. (BORNHAUSEN, I. Mensagem Anual, 1952, p.26)

No ano de 1952, o Departamento de Educação acusava, para a carreira de professor de Educação Física, a provisão de 60 cargos dos quais 34 estavam efetivamente ocupados, enquanto professores de outras categorias totalizavam 114 (BORNHAUSEN, I., Mensagem Anual, 1953, p. 19). Em 1953 esse quadro pouco se altera quando, dos 60 cargos iniciais, há uma pequena redução para 31 o número de efetivamente ocupados ao passo que permanece inalterado o número de cargos destinados a professores de outras categorias (BORNHAUSEN, I. Mensagem Anual, 1954, p.28).

Em 1956 uma nova nomenclatura fora utilizada para identificar a ocupação do quadro docente em Educação Física: de um total de 257, 33 *professores efetivos* e 224 *professores não efetivos* orientavam as práticas escolares na área (LACERDA, J.

Mensagem Anual, 1957, p. 21). Já em 1961, no governo Celso Ramos, retornam as evidências que apontam que dentre os 60 cargos existentes à carreira de professor de Educação Física, apenas 22 estariam efetivamente preenchidos (RAMOS, C. 2ª Mensagem Anual, 1962, p. 28). Nova mudança em 1962 quando, espalhados por diversas regiões do Estado estavam atuando 59 *Professores de Educação Física*, ao mesmo tempo em que 97 *Regentes de Educação Física*. (RAMOS, C. 3ª Mensagem Anual, 1963, p. 191).

Ainda que outros interesses possam estar envolvidos e envolvendo a seu modo o delinear do quadro que se estabelecia, o ano de 1962 parece evidenciar o esgotamento e os limites das formações oferecidas até então. Apesar do crescente movimento de expansão que vinha atravessando o campo da Educação Física catarinense, desde o ano de 1938, em 1962, o número de professores parecia mostrar-se insuficiente ao atendimento de todos os estabelecimentos de ensino que, por sua vez, cresciam a passos largos. O que ocorrera nos pátios do então “Abrigo de Menores”¹⁷, pode nos fornecer uma ilustração desse possível quadro:

Nas diversas canchas do Abrigo de Menores foram intensas as atividades esportivas. Inúmeros torneios e competições foram realizados nos diversos esportes, tornando assim as recreações dos abrigados sadia e educativa. Não houve aula de educação física por falta de professor nomeado, mas estamos providenciando a nomeação de um para que os meninos não fiquem privados de tão útil exercício. (RAMOS, C. 3ª Mensagem Anual, 1963, p. 181)

¹⁷. De acordo com SANTOS (2006), o Abrigo de Menores foi uma organização estatal criada em 1940 por Nereu Ramos, com a finalidade de tratar, abrigar, vigiar e educar os “menores abandonados” e delinquentes do Estado catarinense. Única instituição do gênero em Florianópolis, dirigida pelos Irmãos Maristas, o estabelecimento era situado na Rua Rui Barbosa, bairro da Agrônômica, e sua extensão ia desde o antigo “Hospital Naval” até o final do terreno da atual “Casa do Governador”, em um total de 55 mil metros quadrados. Localizado à beira mar, seu terreno era amplamente cultivado, tendo hortas, múltiplas variedades de flores e campos de futebol cercados por eucaliptos (SANTOS, 2006, p. 98-99). Através do Decreto nº. 8.026, de 12.06.69, as instituições de assistência aos “menores” foram proibidas de usarem as denominações ou títulos como asilo, orfanato e abrigo em suas identificações. A partir de então, o antigo Abrigo de Menores passa a se chamar Educandário XXV de Novembro, no qual, nas décadas de 60 e início de 70, foram realizadas parte das atividades práticas do Curso Normal de Educação Física de Florianópolis.

Ainda que sob os ditames da obrigatoriedade legal, essa lacuna que se evidenciava no quadro docente especializado¹⁸, parecia reforçar, no ano de 1963, a carência de um espaço oficial nos currículos escolares destinado às práticas de Educação Física¹⁹. Pelo Decreto Nº. 104 de 13 de fevereiro de 1963, que dispõem sobre os currículos dos estabelecimentos de ensino secundário de primeiro e segundo ciclo, são apresentadas as duas opções curriculares correspondentes, indicadas por estudo feito pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação. O que de fato nos chama atenção é que, dentre as disciplinas estabelecidas e elencadas como obrigatórias nas grades curriculares, não encontramos o lugar destinado à Educação Física. Somente no artigo 4º deste decreto, sem pertencer efetivamente, portanto, ao arranjo curricular, o documento faz menção ao ensino obrigatório da disciplina extensivo aos alunos até a idade de 18 anos, nos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado ou naqueles particulares que optassem pelo Sistema Estadual de Ensino. O momento urgia por mais mão-de-obra especializada. Com a imensa expansão das escolas e grupos escolares de nível primário no estado catarinense, fazia-se necessário uma medida educacional de emergência para que fossem supridas as carências apresentadas pelo quadro docente em Educação Física que há tempos, não mais acompanhava tal crescimento.

¹⁸. É interessante destacarmos que, dentre os concursos para ingresso de professores primários no ano de 1963, nenhuma vaga foi destinada ao preenchimento da cadeira de Educação Física no Estado. Já em 1964, três vagas foram abertas: uma para a Zona dos Campos de Lages, uma para o Litoral de São Francisco e uma para o litoral de Florianópolis (RAMOS, C. 3ª Mensagem Anual, 1964, p.331).

¹⁹. Através da análise do Parecer nº. 100/65 do Conselho Estadual de Educação que tem como objeto a solicitação de autorização para funcionamento do Colégio Normal Mestre Elpídio Barbosa, na cidade de Itajaí, temos um indicativo de que o quadro de defasagem no professorado de Educação Física atingia todos os níveis de ensino: “O artigo 30 do Regimento Interno (do referido colégio) informa não serem ministradas aulas de Educação Física no Colégio Normal Mestre Elpídio Barbosa por este ser um curso noturno. Lembramos, porém, que, estando a preparar educadoras de alunos do curso primário as quais muitas vezes terão que responder pela Educação Física da turma que regem, deverá a Escola provê-las de todos os conhecimentos necessários sem descuidar a Educação Física que, se menos, deverá ser dada em aulas teóricas” (Parecer Nº. 100/65 do CEE, em 1º de junho de 1965).

Fontes e Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1937). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1937.

BRASIL, DECRETO-LEI N. 713 de 05/01/1935. Dispõe sobre a transformação das Escolas Normais Públicas em Institutos de Educação.

BRASIL, DECRETO-LEI N.125 de 18/06/1938. Dispõe sobre a criação da Inspeção de Educação Física em Santa Catarina.

BRASIL, DECRETO-LEI N. 508 de 18/08/1938. Dispõe sobre a regulamentação do Curso provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

BRASIL, DECRETO-LEI N.306 de 02/03/1939. Dispõe sobre a reorganização dos Institutos de Educação – Curso fundamental de 5 anos e Normal de 2 anos.

BRASIL, DECRETO N. 1.212 de 12/04/1939. Dispõe sobre a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

BRASIL, DECRETO FEDERAL N. 7.366 de 10/06/1941. Dispõe sobre o reconhecimento do Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

BRASIL, DECRETO-LEI N. 4.105 de 11/02/1942. Dispõe sobre a concessão do reconhecimento da União Nacional dos Estudantes como unidade coordenadora e representativa dos corpos discentes.

BRASIL, DECRETO N. 3674 de 23/11/1946. Dispõe sobre a regulamentação dos estabelecimentos de Ensino Normal.

BRASIL, DECRETO N. 3.682 de 03/12/1946. Dispõe sobre a expedição do programa ao Curso Normal Regional.

BRASIL, LEI N. 4.024 de 20/12/1961. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, DECRETO N. 104 de 13/02/1963. Dispõe sobre os currículos dos estabelecimentos de ensino secundário de primeiro e segundo ciclo.

SANTA CATARINA. INTERVENTOR, 1937 - 1945 (Nereu Ramos). **Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938; 1940; 1941; 1942; 1943; 1944.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1947 - 1951 (Aderbal Ramos da Silva). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril**

de 1948, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1948.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1947 - 1951 (Aderbal Ramos da Silva). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1950, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1951 - 1956 (Irineu Bornhausen). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1952, pelo Governador Irineu Bornhausen.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1952.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1951 - 1956 (Irineu Bornhausen). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1953, pelo Governador Irineu Bornhausen.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1953.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1951 - 1956 (Irineu Bornhausen). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1954, pelo Governador Irineu Bornhausen.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1954.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1956 - 1958 (Jorge Lacerda). **Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1957, pelo Governador Jorge Lacerda.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1961 - 1966 (Celso Ramos). **2ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1962, pelo Governador Celso Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1962.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1961 - 1966 (Celso Ramos). **3ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1963, pelo Governador Celso Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1963.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1961 - 1966 (Celso Ramos). **4ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1964, pelo Governador Celso Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1964.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1966 - 1971 (Ivo Silveira). **1ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1966, pelo Governador Ivo Silveira.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1966.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1966 - 1971 (Ivo Silveira). **2ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1967, pelo Governador Ivo Silveira.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1967.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1966 - 1971 (Ivo Silveira). **3ª Mensagem anual: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1968, pelo Governador Ivo Silveira.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1968.

SANTA CATARINA. Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941.

BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

CASTELANI, L. *Educação Física no Brasil: A História que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991.

COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989.

DANIEL, L. S. **O Colégio Coração de Jesus e o Instituto de Educação de Florianópolis: Projetos de formação para as normalistas catarinenses nas primeiras décadas do século XX**. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação - Uberlândia. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Programação e Resumos. Uberlândia : UFU, 2006. p. 407-408.

DAROS, M.D. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. In: DAROS, M.D. et all. *Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883 – 1946)*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005, p. 11-22.

DAROS, M.D, SILVA, A.C, DANIEL, L.S. A Reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940: o papel estratégico da ciência como fundamento das políticas do estado para a educação nacional. In: DAROS, M.D. et all. *Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883 – 1946)*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005, p. 23-76.

FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no Exército e na escola: educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.

FIORI, Neide Almeida (1975). **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. Florianópolis: Secretaria de Educação, 1975.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia . **Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia - MG : EDUFU: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, 2006. p. 179-190.

Herold Junior ,C. **Da instrução à educação do corpo: o caráter público da educação física e a luta pela modernização do Brasil no século XIX (1880-1915)**.. Educar, Curitiba, n. 25, p. 237-255, 2005.

MELO, V. A. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física: 1996. 220p.

MELO, V.A. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

NOBREGA, P. **Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico**. In: Norberto Dallabrida. (Org.). *Mosaico de escolas*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003., p. 253-280.

SANTOS, T. *História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOARES, Carmem Lucia (org.) *Corpo e história*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

VAGO, T. M. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1897-1920)*. Tese (Doutorado), São Paulo, 2002.